

Cedo para comemorar

O presidente Fernando Henrique Cardoso, em entrevista concedida ao *Correio*, manifestou sua confiança na recuperação da economia, mas ainda não se julga em condições de comemorar o fato. A crise andou a passos rápidos desde a desvalorização do real em janeiro. Depois, surgiram sinais de problemas na área social. Agora, a possibilidade de duas comissões parlamentares de inquérito funcionarem em paralelo no Senado pode detonar grave confronto institucional.

Os indicadores econômicos mostram que, depois dos sinais de tempestade no primeiro trimestre, a situação econômica do país refletiu para um remanso aparentemente calmo. Neste momento, tende para a normalidade. Mas, para reconquistar a estabilidade monetária consolidada e em seguida iniciar o caminho para a retomada do desenvolvimento, passando pela elevação das exportações e do nível de emprego, o Brasil terá de submeter-se a algumas provas difíceis.

É indispensável que se implementem as reformas fiscal e política, pendentes de apreciação num Legislativo aparentemente mais nervoso, no ano corrente, do que na Legislatura anterior. Haja vista que o atual Congresso, em menos de dois meses de funcionamento, instituiu duas CPIs que podem fazê-lo desviar-se dos objetivos anteriormente traçados.

As duas investigações foram pedidas pelas forças parlamentares que dão sustenta-

ção ao presidente Fernando Henrique Cardoso. É de se supor que as lideranças tenham refletido sobre as conseqüências da realização de comissões parlamentares neste momento. Devem ter pesado, estudado e projetado no futuro próximo os resultados de eventuais turbulências no processo de aprovação das reformas necessárias à normalidade econômica e financeira do país.

Não é o caso de pedir ao Senado que adie as CPIs, mas que os senadores promovam as apurações com a amplitude e a profundidade que os dois assuntos merecem, com responsabilidade e espírito público. Ou seja, sem demagogia e rigorosamente dentro dos limites da Constituição, respeitadas a independência e a harmonia entre os Poderes.

O Congresso deverá iniciar a discussão das reformas neste mês. No mesmo período, as CPIs vão começar a promover algumas diligências. Em paralelo, o presidente da República estará realizando viagens ao exterior, com o propósito de restaurar a confiança dos investidores estrangeiros em nosso país.

Não há incompatibilidade entre os três objetivos. Ao contrário. Para que se comemore e se torne definitiva a vitória sobre a crise do primeiro trimestre de 1999, é desejável que as ações de governo confluem para o resultado comum — a retomada do desenvolvimento nacional. E, ao mesmo tempo, assegure ao país instituições mais eficientes, em proveito da harmonia e da justiça social entre os brasileiros.